

Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (AHFMC)

Parecer da Associação Portuguesa de Antropologia no âmbito da consulta pública

1. O projeto do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (AHFMC), pela sua natureza e dimensão, reveste-se de especial complexidade em relação às transformações sociais que provoca e induz, às alterações no território e nos modos de vida das populações e nos efeitos destrutivos e desestruturantes nos testemunhos e elementos materiais e imateriais da identidade local, das suas vivências históricas e da sua construção coletiva.

A Associação Portuguesa de Antropologia (APA) entende, por isso, justificada uma tomada de posição acerca deste projeto, no âmbito do procedimento de consulta pública do respetivo estudo de Impacte Ambiental (EIA). Ao mesmo tempo, a APA espera que esta apreciação ao projeto e ao EIA do AHFMC constitua um alerta às entidades responsáveis pelos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental para situações repetidas e normalizadas que entendemos como lacunas prejudiciais à melhor identificação de impactes e à apresentação de medidas mitigadoras, por consequência à melhor informação que possa basear a tomada final de decisão, como seja a **ausência de especialistas com formação adequada em Ciências Sociais, nomeadamente em Antropologia**, nas equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos EIA.

2. No caso concreto do AHFMC, entendemos pertinente duas questões de carácter geral, uma referente ao EIA e outra ao próprio processo de consulta pública em curso.

Em relação ao EIA, e reiterando o alerta deixado acima, não podemos deixar de salientar a ausência de especialistas com formação em Antropologia num processo com a complexidade e o longo termo de concretização como é o deste projeto.

Mesmo podendo reconhecer-se a qualidade ou pertinência do trabalho realizado, entendemos que haverá **dimensões que poderiam ser melhor analisadas, ou mesmo identificadas, com a participação de antropólogos.**

Para não irmos mais longe, é reconhecido que a participação de antropólogos em processos ambientais contribuiu para a melhor avaliação de impactes, ou para o acompanhamento da aplicação das medidas preconizadas, nos projetos de aproveitamento hidráulico do Alqueva e do Baixo Sabor.

Em relação a este processo de consulta pública, não podemos deixar de referir as **dificuldades na obtenção de informação pertinente**, ao não estarem disponibilizados no próprio portal Participa os documentos mais importantes para permitir a participação de qualquer parte interessada, estando os mesmos misturados com uma grande quantidade de documentos de difícil identificação e consulta, que é necessário descarregar a partir do sítio eletrónico da Agência Portuguesa do Ambiente.

3. Em relação ao fator ambiental com a designação **Socioeconomia**, especialmente ao impacte muito significativo constituído pela submersão e conseqüente realojamento da aldeia de Pisão, considera-se ser manifestamente insuficiente a formulação da medida MMFPC5 (*“Assegurar o atempado e adequado realojamento da população da*

aldeia do Pisão”), mesmo atendendo a que o projeto se encontra em fase de estudo prévio e à existência de outra informação sobre o mesmo tema nos diversos volumes constituintes do EIA.

Em especial, **discorda-se frontalmente da ausência de um programa de monitorização** dedicado ao acompanhamento, o mais cedo possível, desses processos de desalojamento e realojamento, de entre os vários programas de monitorização constantes do EIA.

Assim, **propõe-se que seja contemplado um programa de monitorização** desses processos e **que seja obrigatoriamente integrada a valência de Antropologia** na respetiva equipa responsável.

4. Em relação ao fator ambiental com a designação **Património Histórico Cultural**, reitera-se a **discordância face à ausência de antropólogos** na equipa responsável por este fator, tanto mais quanto parte significativa do património identificado é de carácter etnográfico, além da necessária atenção às dimensões imateriais do património cultural.

Mesmo reconhecendo a validade das medidas propostas para este fator, nomeadamente as que visam o registo e valorização do património integrado a afetar, e a intenção do seu registo para memória futura, insiste-se na necessidade de essas medidas **integrarem a participação de antropólogos nesses processos e nas respetivas equipas responsáveis pela sua concretização**.

Essas medidas, particularmente as de levantamento sistemático da componente patrimonial a submergir, deverão **contemplar as valências do património imaterial** de forma integrada,

considerando os modos de relação com o território e o seu uso social (práticas agrícolas e de manejo de gado, formação e delimitação de propriedades, redes de caminhos locais, identificação e atribuição de sentido aos diversos lugares abrangidos, entre outros).

5. Este parecer tem como objetivo assumido a procura de contribuir para uma melhor prática de avaliação ambiental, neste projeto concreto do AHFMC e nos procedimentos gerais de avaliação ambiental, não se inferindo daqui qualquer tomada de posição da APA em relação aos modelos de desenvolvimento ou de intervenção no território e nos recursos naturais subjacentes a este projeto.

Pela Direção da Associação Portuguesa de Antropologia



Clara Saraiva

Presidente da Direção

11 de agosto de 2022